

TERRITORIALIZAÇÃO EM SAÚDE E DETERMINANTES SOCIAIS SOB A PERSPECTIVA DA NUTRIÇÃO NA APS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Atenção primária à saúde; Determinantes sociais da saúde; Nutrição em saúde pública; Promoção da saúde

Introdução

A territorialização em saúde constitui uma estratégia fundamental para o reconhecimento das condições de vida, vulnerabilidades e potencialidades dos territórios adscritos à Atenção Primária à Saúde (APS). Sob a perspectiva da Nutrição, esse processo permite ampliar o olhar sobre o cuidado alimentar e nutricional, compreendendo que as práticas alimentares são atravessadas por determinantes sociais, como renda, moradia, saneamento, trabalho, acesso à água, transporte, equipamentos sociais e condições ambientais. O objetivo deste resumo é relatar a experiência de uma residente nutricionista no processo de territorialização em saúde, analisando os determinantes sociais que atravessam a produção do cuidado nutricional na Atenção Básica.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem descritiva, desenvolvido no contexto da Residência Multiprofissional, durante o processo de territorialização realizado em dois territórios adscritos a Centros de Saúde da Família do município de Sobral, Ceará. A vivência envolveu observação do território, reconhecimento da área adscrita, análise de aspectos socioeconômicos, identificação de equipamentos sociais, leitura dos processos de trabalho dos serviços e sistematização das principais vulnerabilidades encontradas. Para este resumo, foi realizado um recorte analítico sob a perspectiva da Nutrição, relacionando os achados territoriais aos determinantes sociais da alimentação e nutrição.

Resultados / Discussão

A territorialização possibilitou compreender que o cuidado nutricional na APS não se limita à orientação alimentar individual, pois está diretamente atravessado pelas condições concretas de vida da população. Sob a perspectiva da Nutrição, os achados territoriais evidenciaram vulnerabilidades como baixa renda, desemprego, trabalho informal, moradias precárias, fragilidades no saneamento, descarte inadequado de resíduos, limitações no acesso à água segura e dependência de benefícios sociais. Tais condições interferem no acesso regular e digno aos alimentos, na adesão ao tratamento de condições crônicas, na prevenção de agravos e na promoção da saúde. A vivência também permitiu reconhecer a importância da Vigilância Alimentar e Nutricional no cotidiano da APS, especialmente por meio do acompanhamento antropométrico, identificação de grupos prioritários, suplementação de vitamina A e articulação com programas sociais, como o Bolsa Família. Nesse sentido, o fazer nutricional exige diálogo permanente com a assistência social e outros setores, considerando que o alimento é meio central de trabalho da Nutrição, mas nem sempre está garantido às famílias em situação de vulnerabilidade. Assim, o enfrentamento da insegurança alimentar não depende apenas de ações educativas, mas também de políticas públicas, renda, acesso a alimentos, benefícios sociais, equipamentos de assistência e ações intersetoriais que garantam dignidade e direito humano à alimentação adequada. Desse modo, o planejamento nutricional no território precisa evitar a responsabilização individual dos usuários por escolhas alimentares condicionadas por desigualdades sociais, econômicas e ambientais.

Considerações Finais

A experiência de territorialização contribuiu para ampliar a compreensão sobre o papel da Nutrição na APS, reforçando a necessidade de um cuidado situado, intersetorial e sensível às vulnerabilidades territoriais. Para além da prática clínica, a atuação da nutricionista no SUS exige leitura crítica dos determinantes sociais e participação no planejamento de ações que fortaleçam a integralidade, a equidade e a produção do cuidado nos territórios.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Guia para Organização da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.